

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1-REQUERENTE:** Município Bom Jardim de Minas-MG.

**2. OBJETO:** Concorrência pública para concessão de termo de permissão de uso do serviço de transporte individual de passageiros, serviço de táxi no município de Bom Jardim de Minas, conforme condições e especificações contidas neste termo e demais documentos.

2.2. O serviço previsto deverá ser prestado no Município de Bom Jardim de Minas conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE POR TÁXI NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS.	SERVIÇO	11	R\$ 266,88	R\$ 2.935,68

### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1. Esta licitação tem por objeto a outorga de permissão de exploração de 11 (onze) pontos de serviços de transporte individual de passageiros, serviço de táxi, no Município de Bom Jardim de Minas.

3.2. Os pontos de táxi serão divididos em 3 blocos, conforme abaixo:

LOTE	LOCAL	VAGAS
01	RODOVIÁRIA MUNICIPAL	04
02	CENTRO	05
03	DISTRITO DO TABOÃO	02

### 4. DURAÇÃO DA PERMISSÃO

4.1. A exploração, objeto da Permissão, é outorgada ao vencedor da licitação pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, improrrogável conforme art.14 da Lei Municipal 1.436/2015.

4.2. O prazo da permissão iniciará a partir da assinatura do respectivo termo.

### 5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente Concorrência Pública tem por objeto a concessão de termo de permissão de uso do serviço de transporte individual de passageiros por táxi no município de Bom Jardim de Minas. A escolha da modalidade concorrência justifica-se por se tratar de serviço público de relevante interesse coletivo, cuja outorga deve observar os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e publicidade. A adoção do certame em questão assegura a ampla participação de interessados, a seleção objetiva dos permissionários e a transparência do processo, em conformidade com a Lei nº 8.987/1995 e legislação municipal pertinente. A medida visa à regularização e organização do serviço, garantindo qualidade, segurança e eficiência na prestação, além de atendimento adequado à demanda da população.

## **6. DA ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO**

6.1. O permissionário manterá, durante toda a execução do contrato, as características do veículo em conformidade com a proposta técnica apresentada, podendo, na substituição, apresentar veículo equivalente ou em condições superiores às especificadas.

## **7. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

7.1. A licitação será aberta a profissional autônomo do ramo de transporte Táxi que queira prestar o serviço na categoria convencional por meio de permissão no Município de Bom Jardim de Minas.

7.2. A licitante e a equipe de condutores a ela vinculada deverão atender a Lei Federal nº 12.468/2011 e a Lei Municipal nº 1.436/2015 que regulamenta a profissão de taxista, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações e demais normas complementares que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente.

## **8. DA PROPOSTA TÉCNICA**

8.1. Considerando a peculiaridade do objeto a ser licitado, a licitante deverá apresentar, além do documento proposta técnica a documentação comprobatória dos dados nela informados.

8.2. A classificação das licitantes quanto à proposta técnica far-se-á pelo critério de contagem de pontos acumulados de acordo com a proposta e documentação com ela apresentada.

8.3. As licitantes serão classificadas em ordem decrescente de pontuação, sendo que a primeira classificada corresponde à maior pontuação obtida e assim sucessivamente para as demais classificadas.

## 9. DA PONTUAÇÃO

9.1. Deverão ser ponderados para efeito de aferição técnica os atributos de qualidade, segurança e conforto dos veículos apresentados pelas postulantes à permissão.

9.2. Deverão ser utilizados os seguintes critérios técnicos para julgamento das propostas definido pela Lei Municipal nº 1.436/2015 e Decreto Municipal 500/2015.

9.2.1. Ano de fabricação do veículo:

ITEM	ANO DE FABRICAÇÃO	PONTOS
A	VEÍCULO ANO 2025	30
B	ANTERIOR EM ATÉ 01 (UM) ANO DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	28
C	ANTERIOR EM ATÉ 03 (TRÊS) ANOS DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	15
D	ANTERIOR EM ATÉ 05 (CINCO) ANOS DA DATA DO EDITAL DO CERTAME LICITATÓRIO	10
E	VEÍCULO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CUJO ANO DO MODELO FOR SUPERIOR A 5 (CINCO) ANOS, NA DATA DO CERTAME LICITATÓRIO	5

9.2.1.1. O ano do veículo deverá ser comprovado mediante cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo.

9.2.1.2. Em relação ao item E para a sua comprovação faz-se necessário apresentação de laudo de vistoria especial, expedido por órgão especializado e credenciado pelo DETRAN.

9.2.2. Equipamentos de conforto e segurança:

ITEM	EQUIPAMENTOS DE CONFORTO E SEGURANÇA	PONTOS
A	VEÍCULO COM AR CONDICIONADO	2
B	VEÍCULO COM FREIOS COM SISTEMA ABS	2
C	VEÍCULO COM AIRBAG DUPLO (PASSAGEIRO E MOTORISTA)	2
D	VEÍCULO COM BANCOS DE COURO	2
E	VEÍCULO COM PORTA-MALAS DE NO MÍNIMO 500 LITROS	2

9.2.2.1. Para comprovação dos itens de conforto e segurança, deverá ser apresentada cópia do manual/especificações técnicas do veículo ou outro documento idôneo, devendo os itens pontuados serem conferidos pela Secretaria de Transportes do Município.

9.2.3. Tempo de habilitação da licitante em uma das categorias B, C, D ou E:

ITEM	TEMPO DE HABILITAÇÃO	PONTOS
A	12 A 48 MESES	3
B	49 A 100 MESES	5
C	101 A 150 MESES	10
D	151 A 240 MESES	15
E	241 OU MAIS MESES	30

9.2.3.1. A comprovação do tempo de habilitação será efetuada por meio de Carteira Nacional de Habilitação, emitida há no mínimo de 12 (doze) meses, contados da data limite para entrega das propostas, que permita o motorista dirigir na categoria mínima B, C, D ou E.

9.2.3.1.1. O tempo de habilitação será contado até a data limite para entrega das propostas.

9.2.4. Tempo efetivo no exercício da atividade de taxista em Bom Jardim de Minas:

ITEM	TEMPO DE TAXISTA EM BOM JARDIM	PONTOS
A	12 A 24 MESES	1
B	25 A 60 MESES	2
C	61 A 100 MESES	3
D	101 A 150 MESES	5
E	151 OU MAIS MESES	10

9.2.4.1. Deverá ser comprovado mediante apresentação de documentos comprobatórios do tempo efetivo na atividade de taxista emitida pelo Município de Bom Jardim de Minas.

9.2.5. Cursos realizados:

ITEM	CURSOS	PONTOS
A	CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS	2,5
B	CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA	2,5
C	PRIMEIROS SOCORROS	2,5
D	MECÂNICA E ELÉTRICA BÁSICA	2,5

9.2.5.1. Deverá ser comprovado mediante apresentação do(s) certificado(s) de participação nos cursos respectivos.

## 10. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E ACOMPANHAMENTO

10.1. É indispensável que na prestação de serviço sejam rigorosamente observados os requisitos de pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade, moralidade, higiene, cortesia e pessoalidade.

10.2. O permissionário deverá utilizar, para a execução do serviço, veículo e equipamentos vinculados exclusivamente ao serviço objeto da contratação.

10.3. O permissionário sempre que for exigido, apresentará seu veículo para vistoria.

10.4. Na hipótese de substituição do veículo, quando necessária deverá ser previamente autorizada pela Unidade de Transportes e Vias Públicas, desde que por veículo de especificações iguais ou superiores àquelas apresentadas na proposta técnica.

10.5. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, a prestação dos serviços será fiscalizada pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

## **11. OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO**

11.1 São obrigações do Permissionário:

11.2. Atender fielmente e na melhor forma os direitos e obrigações previstos no edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente.

11.3. O permissionário para cumprimento de suas responsabilidades nesta permissão sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Legislação vigente deverá:

11.3.1. Apresentar veículo em conformidade às exigências do edital de licitação, atendendo os requisitos de segurança e conforto, e as normas técnicas aplicáveis, durante todo o período de vigência da permissão;

11.3.2. Prestar serviço adequado, na forma prevista no regulamento próprio integrante e conforme as normas técnicas e legais pertinentes;

11.3.3. Manter em ordem os seus registros e de seu veículo na Entidade Gestora de Transporte do Município de Bom Jardim de Minas e demais órgãos competentes;

11.3.4. Permitir o acesso à fiscalização nos veículos e equipamentos;

11.3.5. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos normativos do serviço e as cláusulas contratuais, inclusive na execução das atividades executadas com terceiros;

11.3.6. Cumprir as determinações da Entidade Gestora de Transporte no Município de Bom Jardim de Minas para testes de novas tecnologias, equipamentos e na utilização de publicidade;

- 11.3.7. Não estabelecer qualquer vínculo entre terceiros e o Município, nos ajustes celebrados com aqueles;
- 11.3.8. Responder por todas as obrigações trabalhistas, civis e criminais, pelos danos a terceiros a que der causa;
- 11.3.9. Manter seguro do veículo contra riscos para o condutor para os passageiros, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório – DPVAT, caso este esteja vigente;
- 11.3.10. Satisfazer as exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito e legislação correlata;
- 11.3.11. Manter o veículo em bom estado de conservação e funcionamento;
- 11.3.12. Substituir o veículo que não passar na vistoria;
- 11.3.13. Manter o veículo equipado com itens obrigatórios, bem como de conforto e segurança pontuados na proposta técnica:
- 11.3.13.1. Extintor de incêndio com capacidade compatível, respeitado o modelo aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- 11.3.13.2. Caixa luminosa com a palavra “TÁXI”, fixada na parte externa do teto;
- 11.3.13.3. Cintos de segurança em perfeitas condições;
- 11.3.14. Manter no interior do veículo, em local de fácil acesso visual dos usuários:
- 11.3.14.1. A identificação do permissionário;
- 11.3.14.2. A tabela de tarifas em vigor;
- 11.3.14.3. Aviso contendo a proibição de fumar;
- 11.3.14.4. Exemplar da lei que regulamenta o serviço de táxi;
- 11.3.15. Manter as características do veículo destinado à prestação do Serviço de Táxi, de maneira que estas se compatibilizem sempre com as que se acham averbadas no Cadastro de Condutores;
- 11.3.16. Apresentar periodicamente seu veículo para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as eventuais irregularidades no prazo que, para tanto lhe for assinalado;

11.3.17. Promover a devida manutenção do veículo e dos seus equipamentos, de modo que se apresentem sempre em adequadas condições de uso, de conservação e de funcionamento;

11.3.18. Fazer com que o seu veículo se apresente sempre com o conjunto de equipamentos e de documentos exigidos;

11.3.19. Apresentar o seu veículo sempre em perfeitas condições de utilização, de conforto, de segurança e higiene;

11.3.20. Cumprir rigorosamente as determinações do Município com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei e nas demais previsões legais aplicáveis;

11.3.21. Adotar providências eficazes, juntamente com os demais permissionários, no sentido de mater ininterrupta a prestação do Serviço de Táxi no Município, inclusive diligenciando medidas capazes de fazer com que no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, a frota de veículos em serviço seja, pelo menos, igual a 50% (cinquenta por cento) das permissões outorgadas;

11.3.22. Não ceder ou transferir, seja a que título for, a permissão outorgada ou a Licença para Trafegar.

11.3.23. Não paralisar, suspender ou prejudicar a regular prestação do Serviço de Táxi, só deixando de dirigir o seu veículo, em hipóteses de força maior ou de caso fortuito devidamente comprovado e aceitos pelo Município;

11.3.24. Fornecer obrigatoriamente recibo ao usuário do serviço de táxi;

11.3.25. Atender às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhes sejam correlatas, fornecendo estes dados, quando solicitados para fins de fiscalização;

11.3.26. Requerer autorização prévia para toda e qualquer alteração ou substituição de veículo;

11.3.27. Tratar com urbanidade e respeito o usuário do Serviço de Táxi, os demais permissionários e condutores, bem como os agentes do serviço público;

11.3.28. Trajar-se sempre adequadamente, respeitando os padrões que porventura venham a ser estabelecidos pelo Município;

11.3.29. Acatar de imediato e cumprir rigorosamente todas as determinações que lhes venham a ser exigidas pelos agentes administrativos no regular exercício de suas funções;

- 11.3.30. Indagar o destino desejado pelo passageiro somente quando este já estiver acomodado no interior do veículo, transportando-o pelo percurso viável mais curto, a menos que outro lhe seja solicitado;
- 11.3.31. Cobrar do usuário o valor efetivamente devido pelo serviço, de acordo a tabela de tarifas e nos demais atos administrativos para tanto editados;
- 11.3.32. Os permissionários poderão, a seu critério e conveniência, praticarem valores tarifários inferiores aos fixados.
- 11.3.33. Prestar os serviços somente com o veículo e seus equipamentos em perfeitas condições de conservação, funcionamento, segurança e higiene;
- 11.3.34. Portar sempre todos os documentos legalmente exigíveis, tanto os de natureza pessoal, quanto os que pertencem ao veículo e ao serviço;
- 11.3.35. não ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço ou na iminência de inicia-lo;
- 11.3.36. Abster-se de lavar o veículo nos pontos de serviço;
- 11.3.37. Não dormir no ponto de serviço, nem dele se ausentar ou se distanciar quando o seu veículo ali estiver estacionado;
- 11.3.38. Respeitar a sequência dos veículos parados no ponto de serviço, não tomando a vez e vaga de quem nele se encontra estacionado há mais tempo;
- 11.3.39. Não efetuar serviço de transporte coletivo (locação) sem estar, para tanto, prévia e formalmente autorizado;
- 11.3.40. Não efetuar o transporte de usuários em número que supere a capacidade de passageiros prevista para o veículo;
- 11.3.41. Não confiar a direção do veículo a terceiros não autorizados;
- 11.3.42. Não se recusar à prestação do serviço solicitado por usuário, ressalvada a hipótese de motivo justificável e que deverá, de imediato, ser comunicado.
- 11.3.43. Os motoristas permissionários dos veículos de serviço de táxi deverão ainda:
- 11.3.43.1. Ter cartão de visita personalizado;

11.3.43.2. Ter blocos de recibo tipograficamente impressos com o nome do permissionário em primeiro plano;

11.3.43.3. Nos blocos de recibo deverão constar o número do permissionário, o preço cobrado, o início e o final do percurso e a data.

11.3.44. Será obrigatório o uso permanente do CIV (Cartão de Identificação do Veículo), a ser fixado do lado direito do painel, em local visível ao usuário, contendo os dados do veículo, e da CMT (Carteira de Motorista de Táxi), de acordo com as normas a serem estabelecidas pela Secretaria de Transporte.

## **12. OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE**

12.1. O permitente, através da Secretaria de Transporte, à medida que a reestruturação do sistema evoluir e o interesse público exigir, deverá:

- a) fixar normas regulamentares do serviço de forma atualizada;
- b) controlar e fiscalizar a operação dos serviços;
- c) realizar vistorias ordinárias ao final de cada semestre civil, ou extraordinariamente em qualquer época que julgar necessário, os veículos utilizados na prestação do serviço;
- d) fixar parâmetros e índices da planilha de custos e promover sua revisão sempre que necessário;
- e) proceder à revisão da estrutura tarifária;
- f) cadastrar o permissionário e veículos;

## **13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

13.1. O permissionário submeterá seu veículo a vistorias periódicas e atenderá as convocações extraordinárias para vistoria, sempre que se fizer necessário, a critério Departamento de Habilitação, Obras e Urbanismo.

13.2. O permitente poderá fiscalizar o veículo e a documentação do permissionário em qualquer local e hora.

13.3. O permissionário cumprirá, rigorosamente, as normas de condutas estipuladas na Lei Municipal nº 1.059/2015, Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar, em caso de infração, sujeitando-se, às punições nelas previstas.

13.4. O permissionário que for preso em flagrante de delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade jurídica competente, terá sua permissão suspensa automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.

13.5. O permissionário que na execução do serviço deixar de atender os requisitos contidos no edital, seus anexos e Termo de Permissão, poderá ter a sua permissão extinta;

13.6. O permissionário que for punido nos termos desta cláusula, não fará jus a qualquer tipo de indenização;

13.7. Em caso de infração, conforme a sua natureza, serão aplicadas as sanções previstas na legislação pertinente.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A inobservância das regras fixadas e demais normas aplicáveis, sujeitará o permissionário infrator às seguintes cominações:

- a) advertência escrita;
- b) multa.
- c) suspensão do exercício da atividade de condutor por até 90 (noventa) dias;
- d) suspensão da circulação do veículo por até 90 (noventa) dias;
- f) revogação da permissão;

14.2. As penalidades mencionadas acima serão aplicadas de forma gradativa, admitida a cumulação de qualquer delas com a de multa;

14.3. A aplicação da pena de revogação da permissão, impedirá o permissionário, durante o prazo de 60 (sessenta) meses, de habilitar-se à nova permissão;

14.4. As penalidades previstas não se confundem com as previstas por outros textos legais, nem elidem quaisquer responsabilidades civis ou criminais.

14.5. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula dependerá em qualquer caso da observância dos procedimentos previstos na Legislação Municipal vigente.

#### **15. EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

15.1. Extingue-se a permissão por:

15.1.1. Advento do termo contratual;

15.1.2. Caducidade;

15.1.3. Rescisão;

15.1.4. Anulação;

15.2. Permissionário que comprovadamente se envolver com prática do turismo sexual, da prostituição infanto-juvenil e do comércio de drogas ilícitas.

Bom Jardim de Minas, 23 de setembro de 2025

Magda Emilia Altomare  
Secretária Municipal de Administração  
Matrícula 3098